



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Direito Penal
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses
(2.º Ciclo)

1. Nome da Unidade curricular:

Direito das Contraordenações

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Rui Filipe Soares Pereira

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

-

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

O presente curso pretende desenvolver um estudo aprofundado da parte geral das contraordenações e dos regimes especiais.

6. Conteúdos programáticos:

A – A PARTE GERAL DO DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES

1. Introdução ao Direito das contraordenações

- 1.1. História do Direito das contraordenações
 - 1.1.1. Apontamentos históricos do Direito das Contraordenações
 - 1.1.2. Quadro atual do Direito das Contraordenações
- 1.2. Localização do Direito das contraordenações no quadro da ordem jurídica
- 1.3. Crimes e contraordenações: critérios de distinção

2. A contraordenação

- 2.1. Princípios do Direito das contraordenações: proporcionalidade, culpa e legalidade
- 2.2. Aplicação da lei contraordenacional no tempo
- 2.3. Aplicação da lei contraordenacional no espaço
- 2.4. Responsabilidade contraordenacional: aspetos fundamentais
 - 2.4.1. Teoria da contraordenação como esquema conceptual-normativo, com função aplicativa e justificativa das decisões administrativa e judicial
 - 2.4.2. Infração contraordenacional
 - 2.4.3. Elementos constitutivos da infração: art.1º do RGCO; visão geral
 - 2.4.4. Agentes: responsabilidade das pessoas coletivas
 - 2.4.5. Tipicidade:
 - 2.4.5.1. Aspetos gerais; tipos de tipicidade; elementos
 - 2.4.5.2. Tipo objetivo: elementos objetivos; violação de deveres; acessoriedade
 - 2.4.5.3. Tipo subjetivo: dolo e erro; negligência
 - 2.4.5.4. Afastamento da tipicidade: autorizações administrativas
 - 2.4.6. Ilícitude e exclusão da ilicitude: justificação do facto; causas de justificação relevantes; desconhecimento da justificação e erro sobre elementos objetivos de causa de justificação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.4.7. Culpa e exclusão da culpa: facto censurável; causas de exclusão da culpa relevantes; erro sobre a ilicitude
- 2.4.8. Formas da contraordenação
 - 2.4.8.1. Facto tentado: tentativa e desistência
 - 2.4.8.2. Facto participado: conceito de autoria relevante; concretização do conceito de autoria
 - 2.4.8.3. Concurso: concurso entre contraordenações e concurso de infrações (entre crimes e contraordenações)

3. As consequências jurídicas das contraordenações

- 3.1. Espécies e finalidades das sanções
- 3.2. Determinação da medida da coima
- 3.3. Sanções acessórias: regime jurídico
- 3.4. Reincidência e registo de contraordenações

4. A prescrição no Direito das Contraordenações

- 4.1. Aspetos gerais
- 4.2. Modalidades e natureza da prescrição
- 4.3. Prescrição do procedimento contraordenacional
- 4.4. Prescrição das sanções contraordenacionais

5. O processo de contraordenação

- 5.1. Processo de contraordenação e processo penal
- 5.2. Estrutura e princípios do processo de contraordenação: o inquisitório mitigado; sentido e alcance do art. 32º, nº 10 da CRP
- 5.3. Sujeitos e participantes do processo contraordenacional
- 5.4. Tramitação (I): “fase organicamente administrativa”
- 5.5. Tramitação (II): “fase judicial”
- 5.6. Inclusão de uma fase intermédia?
- 5.7. Recursos ordinários, caso julgado, revisão e uniformização de jurisprudência

B – OS REGIMES ESPECIAIS DO DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES

1. O Regime Geral das Contraordenações e os regimes especiais

2. O regime das contraordenações económicas

3. O regime jurídico do Banco de Portugal

4. A Lei-Quadro das Entidades Reguladoras

5. O regime jurídico da concorrência

6. O regime jurídico previsto no CVM

7. O regime geral das infrações tributárias

7. O regime jurídico das contraordenações ambientais

8. O regime jurídico das contraordenações na proteção de dados

9. O regime jurídico das contraordenações laborais e da segurança social

10. O regime jurídico das contraordenações previstas no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

11. O regime jurídico dos jogos e apostas *online*

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos abrangem aspetos gerais e particulares do direito das contraordenações, assegurando-se desta forma que as principais dificuldades sejam discutidas no curso ao longo do semestre, em função dos temas escolhidos pelos alunos.

8. Metodologias de ensino:

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira.
As aulas são teórico-práticas.

9. Avaliação:

É sempre realizada a chamada no início de cada aula e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e indicação prévia de doutrina e jurisprudência, que todos conhecem com antecipação. Também é fomentada a participação espontânea. Deverá ser realizado um trabalho escrito, com o máximo de 10/15 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5), sobre um tema do programa ou de comentário a jurisprudência relevante. Finalmente, é realizado o exame escrito.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As aulas teórico-práticas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

11. Bibliografia principal:

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de/ALBUQUERQUE, Gabriel Mateus, *Comentário do Regime Geral das Contraordenações*, 2.^a ed., UCE, 2022

AZEVEDO, Tiago Lopes de, *Fundamento e Limites Constitucionais da Atividade Punitiva no Estado de Direito - Em Torno do Subsistema Jurídico Punitivo de Mera Ordenação Social*, Coimbra: Almedina, 2026

BAETA, Filipa, *Os Princípios de Atuação da Administração Pública Sancionatória - A Fase Administrativa do Processo Contraordenacional*, Coimbra: Almedina, 2024

BRANDÃO, Nuno, *Crimes e contra-ordenações: da cisão à convergência material*, Coimbra Editora, 2016 / Gestlegal, 2023

COIMBRA, Ana Sirage, *Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais Anotada*, Almedina, 2022

COIMBRA, Ana Sirage, *Regime Jurídico das Contraordenações Económicas Anotado*, Almedina, 2021

COSTA, António Augusto/FIGUEIREDO, José Miguel, *Regime Jurídico das Contraordenações Económicas Anotado*, AAFDL, 2021

DANTAS, António Leones, *Direito Processual das Contraordenações*, Almedina, 2022

DIAS, Augusto Silva/PEREIRA, Rui Soares, *Direito das Contra-Ordenações*, 2.^a ed., Almedina, 2025 (reimpressão)

MENDES, Paulo de Sousa, *O Sancionamento das Práticas Restritivas da Concorrência*, Almedina, 2022

MOUTINHO, José Lobo, *Direito das Contra-ordenações*, UCE, 2008

PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Direito Sancionatório das autoridades reguladoras*, Coimbra Editora, 2009

PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Direito Penal Económico e Financeiro*, Coimbra Editora, 2012

PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Estudos Sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, 2.^a ed., Almedina, 2019

PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Novos Estudos Sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, Almedina, 2020

PASSOS, Sérgio, *Contraordenações e Coimas: Anotações ao Regime Geral*, Nova Causa, 2020

SOUSA MENDES/QUINTELA DE BRITO/SOARES PEREIRA/NEVES DA COSTA/CÂMARA MACHADO (coords.), *Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Responsabilidade Empresarial*, Almedina, 2023

PEREIRA, Rui Soares/LOPES, Joana Costa, *Direito Sancionatório dos Valores Mobiliários*, Almedina, 2023

PORTO/VILAÇA/CUNHA/GORJÃO-HENRIQUES/ANASTÁCIO (coord.), *Lei da Concorrência: Comentário Conimbricense*, Almedina, 2013

SALAZAR, João, *Manual Processual de Contraordenações Laborais - Atualizado pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril*, Coimbra: Almedina, 2024.

SIMÕES, Frederico Machado, *A infração sucessiva no Direito das Contraordenações*, Almedina, 2022

VILELA, Alexandra, *O Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra Editora, 2013 / Edições Universitárias Lusófona, 2022

Coletânea de legislação:
DIAS, Augusto Silva et al., *Direito das Contra-Ordenações*, 2.^a ed., AAFDL, 2022

12. Observações:

-

Curricular Unit Sheet

Master's Degree in Law and Legal Practice



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Criminal Law Specialty
Forensic Science Specialty
(2nd Cycle)

1. Curricular Unit Name:

Administrative Offenses Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☒ Annual ☐
Work hours: 196
Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Rui Filipe Soares Pereira

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

-

5. Learning outcomes of the curricular unit:

This course aims to develop an in-depth study of the general part of administrative offenses and the special regimes.

6. Syllabus:

A – A PARTE GERAL DO DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES

1. Introdução ao Direito das contraordenações

- 1.1. História do Direito das contraordenações
 - 1.1.1. Apontamentos históricos do Direito das Contraordenações
 - 1.1.2. Quadro atual do Direito das Contraordenações
- 1.2. Localização do Direito das contraordenações no quadro da ordem jurídica
- 1.3. Crimes e contraordenações: critérios de distinção

2. A contraordenação

- 2.1. Princípios do Direito das contraordenações: proporcionalidade, culpa e legalidade
- 2.2. Aplicação da lei contraordenacional no tempo
- 2.3. Aplicação da lei contraordenacional no espaço
- 2.4. Responsabilidade contraordenacional: aspetos fundamentais
 - 2.4.1. Teoria da contraordenação como esquema conceptual-normativo, com função aplicativa e justificativa das decisões administrativa e judicial
 - 2.4.2. Infração contraordenacional
 - 2.4.3. Elementos constitutivos da infração: art.1º do RGCO; visão geral
 - 2.4.4. Agentes: responsabilidade das pessoas coletivas
 - 2.4.5. Tipicidade
 - 2.4.5.1. Aspetos gerais; tipos de tipicidade; elementos
 - 2.4.5.2. Tipo objetivo: elementos objetivos; violação de deveres; acessoriedade
 - 2.4.5.3. Tipo subjetivo: dolo e erro; negligência
 - 2.4.5.4. Afastamento da tipicidade: autorizações administrativas
 - 2.4.6. Ilicitude e exclusão da ilicitude: justificação do facto; causas de justificação relevantes; desconhecimento da justificação e erro sobre elementos objetivos de causa de justificação
 - 2.4.7. Culpa e exclusão da culpa: facto censurável; causas de exclusão da culpa relevantes; erro sobre a ilicitude
 - 2.4.8. Formas da contraordenação
 - 2.4.8.1. Facto tentado: tentativa e desistência
 - 2.4.8.2. Facto participado: conceito de autoria relevante; concretização do conceito de autoria



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.4.8.3. Concurso: concurso entre contraordenações e concurso de infrações (entre crimes e contraordenações)

3. As consequências jurídicas das contraordenações

- 3.1. Espécies e finalidades das sanções
- 3.2. Determinação da medida da coima
- 3.3. Sanções acessórias: regime jurídico
- 3.4. Reincidência e registo de contraordenações
- 3.5. Problema da responsabilidade subsidiária de administradores e gerentes de sociedades pelo pagamento das coimas aplicadas às pessoas coletivas

4. A prescrição no Direito das Contraordenações

- 4.1. Aspectos gerais
- 4.2. Modalidades e natureza da prescrição
- 4.3. Prescrição do procedimento contraordenacional
- 4.4. Prescrição das sanções contraordenacionais

5. O processo de contraordenação

- 5.1. Processo de contraordenação e processo penal
- 5.2. Estrutura e princípios do processo de contraordenação: o inquisitório mitigado; sentido e alcance do art. 32º, nº 10 da CRP
- 5.3. Sujeitos e participantes do processo contraordenacional
- 5.4. Tramitação (I): “fase organicamente administrativa”
- 5.5. Tramitação (II): “fase judicial”
- 5.6. Inclusão de uma fase intermédia?
- 5.7. Recursos ordinários, caso julgado, revisão e uniformização de jurisprudência

B – OS REGIMES ESPECIAIS DO DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES

1. O Regime Geral das Contraordenações e os regimes especiais

2. O regime das contraordenações económicas

3. O regime jurídico do Banco de Portugal

4. A Lei-Quadro das Entidades Reguladoras

5. O regime jurídico da concorrência

6. O regime jurídico previsto no CVM

7. O regime geral das infrações tributárias

7. O regime jurídico das contraordenações ambientais

8. O regime jurídico das contraordenações na proteção de dados

9. O regime jurídico das contraordenações laborais e da segurança social

10. O regime jurídico das contraordenações previstas no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

11. O regime jurídico dos jogos e apostas online

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus covers general and specific aspects of the law of administrative offenses, thus ensuring that the main difficulties are discussed in the course throughout the semester, depending on the topics chosen by the students.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

The Assessment Regulations for FDUL's Master's Degree in Law require compliance with a syllabus. Classes are theoretical and practical.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

Theoretical-practical classes ensure the necessary interaction with students and in-depth discussion of the topics on the syllabus.

10: Evaluation:

A roll call is always taken at the beginning of each lesson and absences are recorded. Attendance is not an independent element of assessment, but absences are a factor in exclusion from continuous assessment. Students are allowed to enter the class, although they are warned to avoid doing so.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Students' oral participation is encouraged through scheduling and prior indication of doctrine and case law, which everyone knows in advance. Spontaneous participation is also encouraged.
A written assignment must be completed, with a maximum of 10/15 pages of text (Times New Roman font, 12 in text and 10 in footnotes, 1.5 spacing), on a topic from the syllabus or a commentary on relevant case law.
Finally, there is a written exam.

11: Main Bibliography:

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de/ALBUQUERQUE, Gabriel Mateus, *Comentário do Regime Geral das Contraordenações*, 2.^a ed., UCE, 2022
BAETA, Filipa, *Os Princípios de Atuação da Administração Pública Sancionatória - A Fase Administrativa do Processo Contraordenacional*, Coimbra: Almedina, 2024
BRANDÃO, Nuno, *Crimes e contra-ordenações: da cisão à convergência material*, Coimbra Editora, 2016 / Gestlegal, 2023
COIMBRA, Ana Sirage, *Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais Anotada*, Almedina, 2022
COIMBRA, Ana Sirage, *Regime Jurídico das Contraordenações Económicas Anotado*, Almedina, 2021
COSTA, António Augusto/FIGUEIREDO, José Miguel, *Regime Jurídico das Contraordenações Económicas Anotado*, AAFDL, 2021
DANTAS, António Leones, *Direito Processual das Contraordenações*, Almedina, 2022
DIAS, Augusto Silva/PEREIRA, Rui Soares, *Direito das Contra-Ordenações*, 2.^a ed., Almedina, 2025 (reimpr.)
MENDES, Paulo de Sousa, *O Sancionamento das Práticas Restritivas da Concorrência*, Almedina, 2022
MOUTINHO, José Lobo, *Direito das Contra-ordenações*, UCE, 2008
PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Direito Sancionatório das autoridades reguladoras*, Coimbra Editora, 2009
PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Direito Penal Económico e Financeiro*, Coimbra Editora, 2012
PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Estudos Sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, 2.^a ed., Almedina, 2019
PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Novos Estudos Sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, Almedina, 2020
PASSOS, Sérgio, *Contraordenações e Coimas: Anotações ao Regime Geral*, Nova Causa, 2020
SOUSA MENDES/QUINTELA DE BRITO/SOARES PEREIRA/NEVES DA COSTA/CÂMARA MACHADO (coords.), *Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Responsabilidade Empresarial*, Almedina, 2023
PEREIRA, Rui Soares/LOPES, Joana Costa, *Direito Sancionatório dos Valores Mobiliários*, Almedina, 2023
PORTO/VILAÇA/CUNHA/GORJÃO-HENRIQUES/ANASTÁCIO (coord.), *Lei da Concorrência: Comentário Conimbricense*, Almedina, 2013
SALAZAR, João, *Manual Processual de Contraordenações Laborais - Atualizado pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril*, Coimbra: Almedina, 2024.
SIMÕES, Frederico Machado, *A infração sucessiva no Direito das Contraordenações*, Almedina, 2022
VILELA, Alexandra, *O Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra Editora, 2013 / Edições Universitárias Lusófona, 2022

Coletânea de legislação:
DIAS, Augusto Silva et al., *Direito das Contra-Ordenações*, 2.^a ed., AAFDL, 2022

12: Remarks:

-